



# Anais da Assembléia

N. 143

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XIII

**1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 32.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1987.  
SEGUNDA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e David Cheriegate.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Améli Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinatti, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliese, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Paulino José Delazeri e Pedro Tonelli (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação do Projeto de Lei n. 329/87, que cria o Município de Diamante d'Oeste.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, em conformidade com o que dispõe o Art. 100 do Regimento Interno, Preferência de Discussão e Votação aos projetos:

1) - Projeto de Lei n. 352/87 - que reestrutura o quadro de pessoal do Tribunal de Alçada;

2) - Projeto de Lei n. 353/87 - que reestrutura o quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado;

3) - Projeto de Lei n. 350/87 - que concede aumento aos funcionários públicos civis e militares do Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 1988;

4) - Projeto de Lei Complementar n. 351/87 - que objetiva alterar a redação dos incisos IV e V do art. 84, das Subseções IV e V do capítulo II, título III e dos Arts. 88 e 89 da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82;

5) - Projeto de Lei n. 361/87 - que altera a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 8.216, de 31.12.85, que dá disciplinamento ao IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca de Macedo, que este subscreve, REQUER à Presidência deste Plenário, a Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 89/87 de sua autoria, que tramita em 2.ª Discussão no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) RAFAEL GRECA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o adiamento da votação por 4 sessões do Projeto de Lei n. 300/87, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a dispensa de Discussão e Votação da Redação Final dos projetos de lei e de resolução, aprovados em 3. Discussão, constantes da Ordem do Dia das sessões ordinárias compreendidas no período de 30 de novembro a 05 de dezembro e que não tenham sofrido emendas ao curso de suas tramitações, em conformidade com o disposto pelo parágrafo único do Art. 58 do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n. 116/86.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, vem mui respeitosamente, REQUERER de Vossa Excelência que seja retirado o Projeto de Lei n. 350/87 da Ordem do Dia da presente sessão, passando sua votação para a sessão de 02.12.87 (4.ª-Feira).

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, baseado no Regimento Interno, a realização de uma sessão extraordinária no próximo dia 1º de dezembro do corrente ano, às 10:00 horas, para apreciação de projetos em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a reinclusão na Ordem do Dia de quarta-feira, 02/12/87, do Projeto de Lei n. 102/87.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base regimental, após ouvido o Plenário, o envio do Projeto de Lei n. 318/87 e Emenda aprovada em 3. Discussão, à Comissão de Constituição e Justiça para o devido estudo da Emenda.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) IRONDI PUGLIESI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca de Macedo, que este subscreve, solicita ouvido o Egrégio Plenário, seja marcada para as 15:00 horas do próximo dia 03 de dezembro, quinta-feira, a entrega do Diploma de Cidadão Honorário do Paraná que esta Assembléia, em lei anterior ao período revolucionário, nos anos da década de 60, outorgou ao Presidente Nacional do PDT (na atualidade Engenheiro) Leonel de Moura Brizola.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

Para uso do cerimonial: Esta Liderança, dada a agenda apertada do Presidente Nacional do PDT, assoberbada pelo acompanhamento dos trabalhos constituintes, dispensa a emissão de convites impressos, rogando à Assembléia a publicação de convites nos jornais do Paraná, e o convite público por divulgação na mídia.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei n. 126/85, de autoria do Deputado Tércio Albuquerque, ao Projeto de Lei n. 329/87, de autoria do Deputado David Cherigate, por se tratar de matéria correlata, como prevê o Regimento Interno em seu artigo 126.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) DAVID CHERIGATE

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, a consignação em Ata da presente sessão, voto de pêsames à família da Senhora Elza Maria da Silva do Carmo, residente na cidade de Icaraíma, ocorrido no último dia 27 de novembro, em Curitiba.

A extinta deixa viúvo o Senhor Antônio Francisco do Carmo, e três filhos. (Vila Rica do Ivaí - Icaraíma - PR).

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor José Lamartini Correa Lira, ocorrido em 26 de novembro.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

## JUSTIFICATIVA:

O Professor José Lamartini Correa Lira era membro do Conselho Federal da O.A.B., professor da Universidade Federal do Paraná e eminente advogado.

Do Requerimento após aprovado, REQUER, que seja dado ciência à família enlutada.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Dr. Paulo Roberto Hapner, Juiz de Direito da Comarca de Cascavel, parabenizando-o pela sua nomeação como membro da diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

## JUSTIFICATIVA:

Membro destacado de uma geração de honrados e competentes juizes de Direito do Paraná, a nomeação do Dr. Paulo Roberto Hapner para a Diretoria de Racionalização dos Serviços Judiciários da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), é o reconhecimento nacional ao brilhante trabalho profissional realizado pelo Juiz, ao mesmo tempo em que soa como agradecimento à postura da extraordinária figura humana que é. O ato, pela sua magnitude, dignifica, mais uma vez, a magistratura paranaense e o povo do Paraná.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede que ouvida a Egrégia Assembléia, faça-se a inserção nos Anais da presente sessão de voto de congratulações e apreço à TV Paranaense Canal 12, da rede Globo de Televisão, pela criação da série "O Semeador" no espaço de mídia da emissora.

A referida série, de alusão à figura vibrante do "Semeador" - liga a estátua de Zaco Paraná, feita por ocasião do centenário da Independência do Brasil como doação da colônia Polonesa à Cidade de Curitiba, a pequenos empresários do Estado, dando idéia de que - nas searas modernas - eles plantam o futuro.

Trata-se de uma iniciativa inteligente, paranista, e demonstra ainda uma vez o elevado espírito público do empresário, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, que sempre que pode enaltece suas raízes de paranaense fidalgo preocupado em tornar o nosso Estado apto para enfrentar os desafios do século XXI.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) RAFAEL GRECA

Líder do PDT

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata de Voto de Congratulações ao Município de Mangueirinha pelo transcurso do aniversário de sua emancipação política e administrativa, em 30 de novembro.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA

## JUSTIFICATIVA:

Logo após a reinstalação do regime Representativo, com a queda da Ditadura Vargas em 1945, o estudo da Divisão Política do País foi implementado. As Unidades Federativas, a exemplo do Governo Federal, buscaram rever as áreas dos municípios que, pela extensão territorial, eram mais susceptíveis de conflitos. No Paraná, duas eram prevalentes: a) a relativa à Clevelândia - que vinha recebendo enormes contingentes de imigrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atendendo aos apelos da chamada "Marcha para Oeste", além da necessidade de se demarcar as áreas de aglomerados indígenas (decorrência paralela da primeira); b) a relativa à Guarapuava que, por ser lindeira da primeira - dela guardando parte das características, merecia estudos semelhantes, a que se somava o pleito geral da população da área que pretendia sua autonomia como Estado - que foi agasalhada no efêmero Território Federal do Iguçu.

Se era difícil gerir os interesses regionais do Município de Guarapuava com seus quase 9 mil km<sup>2</sup> não menos difícil se apresentava o de Clevelândia, com seus 6 mil km<sup>2</sup>.

Assim, pela Lei n. 533, de 21 de novembro de 1946, criou-se os Municípios de Laranjeiras do Sul, desmembrado de Guarapuava e o de Mangueirinha, desmembrado de Clevelândia.

Por suas características, Mangueirinha teve de merecer tratamento administrativo especial. Abrigando reservas indígenas, precisaria haver um tratamento, também, da Ordem Federal por tratar-se de área de especial segurança. Não era outra a reivindicação dos povoadores brancos daquela área para evitar os naturais e imprevisíveis conflitos com os índios o que foi previsto nos diplomas que demarcaram a área do novo Município e que os Governos do Estado e da União têm procurado prover. O magnífico potencial agrícola e pecuário e as imensas reservas florestais induziram ao trabalho de conquista da área para a economia estadual e o reduzido número de confrontos por questões de terra induzem a pensar na qualidade do homem que povoou

aquele riquíssimo filão paranaense.

Merecem, pois, o reconhecimento dos Poderes Constituídos e do povo em geral do Paraná o que procuramos fazer refletir com o presente requerimento, que esperamos seja aprovado pela justa unanimidade do Egrégio Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja enviada mensagem congratulatória ao Prefeito de Lobato, Senhor Fortunato Bergamo, pela construção de uma escola profissionalizante no Município.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa, ao referido Prefeito.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Por falta de preparo profissional, grande contingente de mão-de-obra do meio rural, que imigra para os grandes centros, acaba caindo na marginalidade, ou se submetendo às precariedades da favelização. Com um treinamento adequado, além de estar se evitando o êxodo rural, se contribui para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural das populações interioranas, Lobato, com a implantação da referida escola, se coloca na vanguarda, a exemplo de outros municípios, e por isso merece o respeito e reconhecimento da população paranaense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da sessão de hoje desta Assembléia Legislativa um voto de regozijo pelo transcurso do 33º Aniversário do Município de Paranacity, comunicando-se ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores a decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

#### JUSTIFICATIVA:

Paranacity comemorou seu 33º aniversário de emancipação política no último dia 26.

A data foi festivamente celebrada nos dias 28 e 29, com a presença das autoridades municipais e do seu povo ordeiro e trabalhador.

Nunca é demais destacar a pujança desse jovem Município, cujo crescimento é fruto do denodo, do arrojo e da dedicação de seus haitantes, em sua maioria voltados para as atividades da lavoura. Graças a esse trabalho, todas as dificuldades têm

sido ali enfrentadas e corajosamente superadas, a ponto de Paranacity ser hoje um Município que se destaca em toda a região. Assim, ao nos congratularmos com o povo de Paranacity, o fazemos certos de que o Paraná muito deve ao seu trabalho e à sua dedicação, o que, aliás, tem se refletido na atuação serena e operosa do prefeito José Bonifácio Moron e dos Vereadores que compõem sua Câmara Municipal.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de louvor ao Jornal Gazeta do Povo, dirigido pelo eminente Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, pela publicação da matéria "Vulgarização do Nú: Mulher/Propaganda", redigida pelo jornalista Roni Gotthilf, que, com muita propriedade, descreve a vulgaridade com que é tratado o nu feminino nas campanhas publicitárias.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Os veículos de comunicação, notadamente, a Televisão, têm veiculado campanhas publicitárias que, além de atentarem à moral e aos bons costumes, vêm descaracterizando a mulher como um ser pensante, inteligente e trabalhador, transformando-a em mero objeto capaz de despertar somente o erotismo. Matérias como a publicada na Gazeta do Povo, domingo último, resgatam a imagem da mulher como um ser digno de respeito e exemplo da moral brasileira, que sempre esteve calcada nos princípios da moralidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, no sentido de determinar estudos para o asfaltamento das Rodovias- PR, 151, trecho que liga São Mateus do Sul à barranca do Rio Negro, frontal ao município Catarinense de Três Barras, bem como da Pr. 364, ligando São Mateus do Sul a Engenheiro Gutierrez no Município de Irati.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência aos Senhores Prefeitos, Vice-Prefeitos e todos os Vereadores de São Mateus do Sul- Rebouças e Irati.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Governador Álvaro Dias, tem se mostrado muito sensível ao problema de inte-

gração do Paraná, e por isso destes quase 10 meses de governo demonstrou preocupação com a questão rodoviária, não só concluindo obras como também autorizando a pavimentação de outras. Se o Paraná quer continuar crescendo e se desenvolvendo, as ligações rodoviárias que unem as regiões produtoras, facilitam o escoamento da produção e fazem circular as riquezas, têm que estar capacitadas para responder à altura ao progresso decorrente do atual ritmo administrativo.

Pois bem. Existem ainda um pedaço deste nosso Paraná, completamente isolado não só do resto do Estado como também dos maiores centros do País, em se tratando de estrada pavimentada. É uma pequena região na divisa com Santa Catarina, no Município de São Mateus do Sul. Uma região de gente trabalhadora, que produz os frutos da terra já com dificuldade por causa das circunstâncias atuais e ainda mais dificuldades encontra para transportar a produção agrícola, porque não tem estrada, uma vez que o trecho da PR-151, entre São Mateus do Sul e a ponte sobre o Rio Negro, divisa com o Município de Três Barras (Santa Catarina) não oferece condições, a não ser com o tempo seco. É um pequeno trecho que precisa ser asfaltado, colocando então os produtores rurais dessa região em contato com as cidades e centros de consumo.

A população a se beneficiar com essa melhoria, espera do Senhor Governador, como presente natalino, a autorização para execução das obras de asfaltamento da estrada referida.

O Senhor Governador Álvaro Dias assistiu pessoalmente, por ocasião da inauguração da rodovia Prefeito João Batista Distéfano - PR-151, São Mateus do Sul - São João do Triunfo - o quanto o asfalto é um benefício grandioso para o povo e para os produtores. Sentiu também como nosso povo é grato e reconhecido. É porque o asfalto faz parte das riquezas que a população possui, uma vez que sem ele é o isolamento, a marginalização, a pobreza.

Pois uma região de pequenos produtores da agricultura e pecuária que vivem numa região altamente produtora, estão ansiosos por igualmente sentir a felicidade de sair do isolamento, da pobreza em termos de estradas para escoar a safra e circular riquezas. É importante que o Senhor Governador, tão sensível e atento ao problema da malha rodoviária estadual, determine com urgência os estudos para asfaltar o citado trecho da PR-364, entre São Mateus do Sul e Engenheiro Gutierrez, para assim integrar uma legião de paranaenses que estão trabalhando para o progresso do Estado e bem-estar da população, e que por justiça e merecimento devem ganhar essa melhoria.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de determinar estudos para a criação da Comarca de Bituruna.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(aa) ANIBAL KHURY

ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Bituruna ostenta atualmente um índice de desenvolvimento que o habilita plenamente a sediar uma das novas Comarcas a serem criadas.

Trata-se de Município com uma das maiores reservas de Pinheirais nativos no Paraná, com um grande futuro como centro industrial madeireiro, possuindo hoje quantidade razoável de indústrias madeireiras, além de uma comunidade agrícola, com suas terras férteis ao longo de todo o território, com lavouras mecanizadas e de grande capacidade de geração de riquezas.

Servida por rodovia asfaltada - PR-173 ligando a BR-153 (Rodovia Transbrasiliana) do Município de General Carneiro a Guaraçuva e outros centros, além de, a curto prazo, a ligação asfáltica pela PR-445, com os Municípios de Porto Vitória e União da Vitória.

A criação da Comarca de Bituruna diminuirá consideravelmente a tramitação de processos na Comarca de União da Vitória, atualmente a sede de jurisdição da área, que se encontra constantemente sobrecarregada, o que impede uma prestação jurisdicional mais efetiva.

Estamos certos que o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Mário Lopes dos Santos determinará estudos para tornar realidade as aspirações da laboriosa população que está trabalhando diuturnamente para o progresso do Estado e bem-estar de sua gente, e que por justiça e merecimento deve ganhar sua Comarca.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que sejam realizados esforços no sentido de se viabilizar melhoria na aposentadoria do trabalhador rural, o qual recebe atualmente a insignificante quantia de pouco mais de Cz\$ 900,00 para seu sustento. Esforços devem ser feitos com urgência pelas autoridades compe-

tentes, a fim de que se encontre, a curto prazo, uma solução que venha realmente amenizar a miséria em que vive hoje aquele trabalhador, que dedicou os longos anos de sua vida à produção de alimentos e o enriquecimento da Nação.

1. Ministro do Trabalho, Senhor ALMIR PAZZIANOTTO.

2. Ministro da Previdência e Assistência Social, Senhor RENATO ARCHER DA SILVA. Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 368/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Jardim Paredão, com sede e foro no Município de Altônia.

Artigo 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores de Jardim Paredão, que pretendemos declarar de Utilidade Pública, é uma entidade com finalidades totalmente filantrópicas e sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços àquela comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nº 352/87, 353/87, 350/87, de Lei Complementar nº 351/87, e de Lei nº 361/87. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 329/87. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 89/87. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 352/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 120/87), que reestrutura o Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o referido Projeto, emenda de Plenário de autoria dos Senhores Deputados Ferrari Júnior, Erondy Silvério, Antônio Belinati e de demais Senhores Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI Nº 352/87

Art. 1º - Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo, ao Projeto de lei nº 352/87:

"Art. ....- Os vencimentos do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas, passam a obedecer a seguinte tabela:

Consultor Técnico.....Cz\$ 46.026,13

Técnico de Controle-

TC-I/Classe A

Referência I .....Cz\$ 28.495,01

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(aa) FERRARI JÚNIOR

ERONDY SILVÉRIO

ANTÔNIO BELINATI

EDMAR LUIZ COSTA

EDUARDO BAGGIO

DAVID CHERIEGATE

ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

No decorrer do tempo, tem persistido a igualdade de vencimentos entre os cargos de nível superior do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas e da Assembléia Legislativa.

Outrossim, considerando a emenda ao Projeto de Lei nº 350/87, já aprovada nesta Casa, que iguala os vencimentos dos funcionários de nível superior do Poder Executivo com os do legislativo, torna-se justa a presente emenda que estabelece equivalência também aos funcionários de nível superior do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Emenda. Aprovada.

Projeto. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/87, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 119/87), que reestrutura o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, composto de Cargos de Provimento Efetivo e em Comissão. (Altera a Lei nº 7.547, de 10.12.81). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimi-

dade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 350/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 123/87), que visa majorar, a partir de 01.01.88, os vencimentos dos Cargos Efetivos, em Comissão e Funções Gratificadas, dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. COM EMENDAS DE 3. DISCUSSÃO. Em votação.

Emenda do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) - Uma dificuldade apenas, Senhor Presidente, essa Emenda, haveria possibilidade de conhecer seu inteiro teor novamente, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência leu com bastante vagar...

O SR. NESTOR BAPTISTA - Uma dificuldade auditiva de nossa parte, Senhor Presidente, nós nos ...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - (Lê "Substitua-se a Tabela 13 - Procurador Cz\$ 46.000,00, leia-se CZ\$ 50.092,00").

Emenda do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que se refere aos cargos de Procuradores da Assembléia Legislativa.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente. Eu não sei se é usual ou se haveria possibilidade para que tivéssemos inclusive, a possibilidade de um diálogo com Lideranças de outros Partidos e mesmo com a Mesa da Casa, para que tivéssemos a suspensão da sessão por 5 minutos e voltássemos a deliberar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Se houver acordo das Lideranças, esta Presidência está aqui apenas para interpretar a vontade da maioria dos presentes. Esta Presidência, em virtude do consenso havido, suspende a sessão por cinco minutos, para que possamos dialogar.

Está suspensa a Sessão.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Eduardo Baggio).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está reaberta a sessão. Sobre o referido Projeto, requerimento

de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a retirada do mesmo da Ordem do Dia da presente sessão, passando sua votação para a sessão de 02 de dezembro do corrente ano, quarta-feira. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a votação para quarta-feira, dia 02 do corrente mês, do Projeto de Lei n° 350/87.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 351/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 124/87), que objetiva alterar a redação dos incisos IV e V, do Art. 84; das Subseções IV e V do Capítulo II, título III e dos Arts. 88 e 89 da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 361/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 125/87), que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n° 8.216, de 31.12.85, que dá disciplinamento ao IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 329/87, de autoria do Deputado David Chierigate, que cria o Município de Diamante D'Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 89/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO e OUTROS, que estabelece critérios para a prestação de Contas das Instituições declaradas de Utilidade Pública, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela Ordem - Senhor Presidente, repita, por gentileza, qual é o Projeto que está sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Desculpe. Houve um equívoco. Projeto de Lei n° 89/87, item 14, folhas 03.

Está em discussão.

Em votação. **APROVADO.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:



EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 297/87, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que dispõe sobre divulgação das apreensões de veículos automotores furtados, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria e C.S.P. por unanimidade. **Rejeitado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 337/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 116/87), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro em Cascavel, Estado do Paraná, mediante transformação da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 134, de 17.11.87 - Mens.).

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pela Ordem- Eu solicito de Vossa Excelência uma cópia de todas as emendas apresentadas ao Projeto 350/87, que foi retirada a pedido da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - O Projeto 350/87, já foi retirado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Solicito a cópia das emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e Vossa Excelência terá a cópia das emendas.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 302/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ALTO TARUMÃ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 303/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES DE GUARAPUAVA, com sede e foro em Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Pela Ordem.

Consulto Vossa Excelência se as matérias constantes dos pedidos de preferência já foram votadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - É evidente que já foram votados todos os pedidos de preferência.

Estamos, na Folha 2, item 6 da Ordem do Dia.

Em votação.

**APROVADO.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 309/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Pastor Wady Bechara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 318/87, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que autoriza o Poder Executivo a doar à PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA, a data de terras n° 19, da quadra n° 3-A--naquela localidade, com área de 746,62 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, conforme transcrição n° 5.218, de 27.02.47, do Registro de Imóveis de Apucarana, sendo o referido lote de propriedade do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.T.I.C., por unanimidade.

Sobre o referido Projeto, emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 01  
AO PROJETO DE LEI N. 318/87

Inclua-se onde couber:

"Art. - Ficam ratificados os marcos implantados pelo ITCF nas nascentes do Rio Saci e Itambé, bem como a linha reta que liga os dois marcos, na divisa entre os Municípios de Apucarana e Arapongas.

Sala das Sessões, em 30.11.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

Apoiamto: Tadeu Lúcio Machado, Hermas Brandão, Lauro Lobo Alcântara e José Afonso Júnior.

Emenda: **Aprovada.**

Projeto: **Aprovado.**

O Projeto irá à 4.<sup>a</sup> Discussão.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio do mesmo, bem como da Emenda aprovada em 3.<sup>a</sup> Discussão, à C.C.J., para o devido estudo da Emenda. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 321/87, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO PROCOLAR, "ARLINDA MARIA SANTA CÂNDIDA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 327/87, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública o Departamento de AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL "VÓ DURVINA", com sede e foro em Curitiba. Com



**PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 51/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Ex-Projeto de Lei 32/86) - Autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Palmeirinha. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 183/87, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que altera a destinação de imóvel doado ao Município de Campo Largo, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 300/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que autoriza o Poder Executivo a isentar da Contribuição do IPE (Instituto de Previdência do Estado), os servidores inativos filiados ao Instituto.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o adiamento da votação, por 4 sessões, do Projeto de Lei n. 300/87. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a votação, por 4 sessões, do Projeto de Lei n. 300/87.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 305/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 101/87), que retifica o Art. 1.<sup>o</sup> da Lei n. 7.522, de 17.11.81, para que dele conste que o imóvel da Rua Treze de Maio será transferido ao patrimônio da COHAPAR e, em consequência, que o da Rua Barrão de Antonina seja doado à Associação do Deficiente Motor, doação esta para finalidade certa e com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 308/87, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera disposições da Lei n. 7.567 de 08.11.82, que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para discutir, está com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Pela Ordem.

Eu gostaria de saber o teor da emenda

do Projeto de Lei n.º 318/87, item 8 da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Após a votação, esta Presidência dará ciência a Vossa Excelência.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Mas é uma questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Mas já foi votado.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Eu fui até a Mesa e esta emenda não consta do Projeto e eu gostaria de saber o teor dela.

O SR. PAULO FURIATTI - Pela Ordem. Nos parece que foi aprovado alguma coisa, uma questão de ordem que não consta da Mesa. Eu não tenho o teor da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Emenda Aditiva ao Projeto do Deputado Domingos Scarpellini, ao Projeto de Lei n.º 318/87, que ratifica as divisões do Município de Apuracana.

O SR. PAULO FURIATTI - Só que essa emenda chegou agora, no momento da votação não constava na Mesa Senhor Presidente. Não estava.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Foi anunciada.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Eu gostaria de saber se passou pela Comissão, junto com o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - É Emenda de Plenário.

Com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para discutir.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O ilustre Deputado Hermas Brandão, apresentou Projeto de Lei nesta Casa e agora ele tramita na oportunidade em 2.<sup>a</sup> Discussão, Projeto que visa o Termo 308/87, que busca alterar dispositivos da Lei n.º 7567, de 08.11.82, é a Lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário. Esta Lei Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em função da aposentadoria dos Serventuários da Justiça, não remunerados pelo Serviço Público, foi do maior alcance social, porque os valores dos Serventuários basicamente, 85,90%, não sei, daqueles que estão nos pequenos cartórios, se tiveram através dessa Lei, a possibilidade de um ajustamento à remuneração pequena, quase insignificante, à

ocasião das aposentadorias dos Senhores Serventuários, é do que tenho conhecimento na condição de Serventuário que sou. As mudanças propostas por Sua Excelência, o Deputado Hermas Brandão, que também é Serventuário da Justiça, carecem, no meu entendimento, de estudo maior. Não se pode alterar uma Lei da importância que tem a 7567, em função do alcance social, de que ela resulta, alterando o que tem de fundamental, porque objetiva a proposta do ilustre Parlamentar mudar, além do que dispõe da receita do COMPREVE.

Na justificativa do Ilustre Parlamentar, a sua proposta objetiva maior receita por parte do COMPREVE. Naturalmente seriam beneficiários aqueles que estão vinculados a ela. E também estabelece no artigo 2º, Senhor Presidente, os valores que devem ser destinados a aposentadorias, pensões, como também no artigo 11, muda o inciso 1º - pagamento das complementações, pagamentos das aposentadorias e pensões, bem como dos auxílios diversos com até 70% dos recursos originados previstos.

Quer dizer, da receita do COMPREVE e o que se faz atualmente toda ela destinada às complementações de aposentadorias e pensões dos serventuários da justiça.

O que é 100% hoje, está sendo proposto no projeto para se reduzir para 70%. E muda-se os valores que os cartórios são obrigados a recolher para o COMPREVE.

No meu entendimento, esta leitura superficial é impossível a qualquer Deputado analisar na Ordem do Dia com 50,60 proposições, muitas delas tendo-se conhecimento apenas ao chegar ao Plenário.

Nem com computador eletrônico é possível que se faça justiça ou julgamento consciente de todas as propostas que constam da Ordem do Dia desta forma.

A exemplo de tantas outras, inclusive, mensagem do Senhor Governador que chega aqui num dia e no dia seguinte já é colocada em votação sem discutir o seu mérito. O que trata o Deputado autor deste Projeto, o Deputado Hermas Brandão, do maior conceito e respeitabilidade nesta Casa e tenho certeza que seu propósito é o melhor com relação aos serventuários, que são seus colegas.

Mas estou, e já encaminhei à Mesa, Senhores Deputados, pedido para que se retire da Ordem do Dia este Projeto, para que se dê possibilidade para que os Deputados o conheçam melhor e, principalmente, creio que o próprio COMPREVE deve manifestar-se sobre a proposta. Não se junta e nem vejo anexado ao projeto, apresentado pelo Deputado Hermas Brandão, de 4 de novembro e já está aqui em 2ª Discussão, matéria desta ordem.

Eu solicito o apoio, e o voto dos ilustres Parlamentares, a compreensão das

Lideranças das Bancadas, particularmente da maioria, porque é ela que decide tudo nesta Casa, evidentemente, para que este projeto seja retirado da Ordem do Dia, a exemplo do que se fez com a mensagem do Senhor Governador nº 350/87, para que, se possível, até mesmo o COMPREVE, manifestar-se sobre a conveniência ou não. E até lá eu pessoalmente vou estudar a matéria melhor para decidir quanto ao meu voto.

Desta forma, como serventuário, não só como serventuário, mas como Parlamentar, verifico da maior importância a proposta do Senhor Deputado Hermas Brandão e dada a relevância da matéria é que requeiro, Senhor Presidente, a retirada desta matéria da Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Para encaminhar - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como nós apresentamos o Projeto de Lei nº 308/87, que altera o dispositivo da Lei nº 7.567, de 08 de novembro de 1982, que cria a Carteira Previdenciária complementar dos serventuários da Justiça, tivemos o cuidado, antes de apresentarmos este projeto, de ouvirmos o órgão representante dos Serventuários da Justiça.

Discutimos com a diretoria do COMPREVE e após estudos exaustivos nós chegamos a apresentar este Projeto. Por isso, Senhores Deputados, eu acho que este Projeto virá sanar uma série de deficiências que tem a Lei de nº 7.567. Então nós solicitamos ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados que este Projeto fosse votado, porque é de interesse da Classe dos Serventuários da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação o Projeto. APROVADO.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Pela Ordem - Sobre o projeto já havia sobre a Mesa um pedido, deste Deputado para a retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que deverá ser votado depois o seu pedido.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Mas, depois de aprovado? Ato contínuo quando devia ser precedente à Votação, é o entendimento, deste Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Este requerimento chegou às minhas mãos,

após a votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Data vênica, Senhor Presidente, foi encaminhada com o Assessor da Mesa, no início de outras matérias que precederam a esta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência então coloca em votação o pedido de retirada, por 5 sessões, do requerimento do Deputado Basílio Zanusso, que requer o adiamento da discussão e Votação do Projeto de Lei nº 308/87.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.- Rejeitado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Pela Ordem- Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Pela Ordem. Eu acho que é matéria vencida que, quando o nobre Deputado Basílio Zanusso, pediu para discutir já estava sendo votada e o Senhor estava em outra matéria.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Pela Ordem- Data vênica, Vossa Excelência incorreu em erro. Vossa Excelência não poderia ter colocado em votação o Projeto, quando estava sobre a Mesa o requerimento do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência irá atender o seu pedido de verificação de votação...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - ... este Deputado, respeitosamente pediu que Vossa Excelência reconsiderasse e submetesse o meu pedido ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência irá atender seu pedido. Solicito aos Senhores Deputados que tomem seus assentos para verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pela Ordem- Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Ferrari Júnior).

O SR. 1º SECRETÁRIO- (Procedendo à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Pela Ordem. Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, houve entendimento há pouco entre alguns Deputados, principalmente do Deputado Hermas Brandão e este Parlamentar, ouvimos e recebemos algumas manifestações dos responsáveis pelo COMPREVE pelo Projeto do ilustre Deputado Hermas Brandão.

Dessa forma, eu retiro o meu pedido de retirada da Ordem do Dia por essas 5 sessões que apresentei, devendo ser votado hoje em 2.ª Discussão. e amanhã, em 3.ª Discussão, nós voltaremos ao assunto.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pela Ordem- Senhor Presidente.

Retiro o meu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Esta Presidência já defere o seu pedido e está retirado o pedido de verificação de votação e de chamada nominal.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 074/87, (Mensagem nº 103/87- Ex-Proposição nº 83/87), oriundo do Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade, que aprova Convênio celebrado entre a União, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, no qual figuram como integrantes a EBTU, SEPL, COMEC e IPPUC, objetivando a execução e implementação de projetos, obras e serviços na pavimentação de vias utilizadas pelos Transportes Públicos em área onde reside população de baixa renda utilizando soluções de pequeno custo, na Região Metropolitana de Curitiba. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 075/87, (Mensagem nº 100/87- Ex-Proposição nº 82/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio nº 117/87, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência da GEIOT e da Secretaria dos Transportes, objetivando promover entre a GEIOT e a SETR, a conjunção de esforços com vistas à adequação do Planejamento dos Transportes na esfera estadual à política e estratégia do Governo Federal para o setor, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 076/87, (Mensagem nº 091/87- Ex-Proposição nº 078/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com

a participação da COMEC e a URES, com anuência do município de Curitiba, objetivando a implantação do plano de descentralização de linhas metropolitanas operantes no terminal Guadalupe. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 077/87 (Mensagem nº 080/87 - ex-Proposição nº 74/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança e o IBDF, objetivando execução de atividades no sentido da proteção da flora, fauna e belezas naturais do Parque Nacional do Iguaçu. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 079/87, (Mensagem nº 113/87- Ex-Proposição nº 092/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado nº 009/87, em 21 de outubro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Santa Tereziinha de Itaipu, objetivando a aplicação de recursos em obras no Terminal Rodoviário da sede do referido Município. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 87/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, e que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício financeiro de 1986. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 088/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., (Mensagem nº 121/87), que aprova Convênios de cooperação administrativa e financeira entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios e datas que especifica, objetivando a Construção de Unidades Policiais Militares e de Prédios para a Delegacia de Polícia. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 089/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., (Mensagem nº 122/87), que aprova os Convênios celebrados em 14.08.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Colombo, Cruzeiro do Oeste, e Sarandi, objetivando a conclusão da construção de Delegacia de Polícia e Cadeias Públicas, e ainda, convênio celebrado em 19.08.87, para igual objetivo com o Município de Wenceslau Braz. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 268/86, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Vila Nova, com sede e foro na Vila Nova Município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 128, de 06.11.86).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 268/86

PARECER:

Autor: Deputado Caíto Quintana

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VILA NOVA, com sede e foro na Vila Nova, Município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.

O Plano de Lei em questão, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, tem por finalidade, declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VILA NOVA, com sede e foro na Vila Nova, Município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.

Pela análise documental e da justificativa apresentada, a entidade ora mencionada e objeto da presente proposta, encontra-se em concordância com os ditames da Lei nº 6.994, de 10.01.78, que estabelece no seu artigo 1º, itens I a IV, as normas para declaração de Utilidade Pública.

Chamada a opinar esta Douta Comissão, a mesma não encontra impedimento legal à tramitação do Projeto de Lei em apreciação, por esta Colenda Casa.

Isto posto, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR-Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO- Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 027/87, de autoria do Deputado Paulino José Delazeri, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DO ESTADO DO PARANÁ, com sede na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 25, de 31.03.87).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 027/87

PARECER:

Autor: Deputado Paulino José Delazeri

O Plano de Lei em exame, de autoria do Nobre Deputado Paulino José Delazeri, tem por finalidade declarar de Utilidade

Pública, a ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Examinando o processo, verifico que o mesmo encontra-se instruído com as peças exigidas pela legislação própria, vale dizer Lei nº 6.994, de 10.01.1978, (que regula a matéria no âmbito estadual), inexistindo óbice de natureza legal e regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 027/87, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO- Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 074/87, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a A.P.A.E.- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE WENCESLAU BRAZ, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 54 de 25.05.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 74/87

Autor: Deputado Edmar Luiz Costa

O Projeto de Lei nº 74/87, de autoria do Nobre Deputado Edmar Luiz Costa, pretende declarar de Utilidade Pública a APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Wenceslau Braz.- Paraná.

Encontra-se o processado com as peças exigidas pela legislação própria (Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978), sendo que inexistente impedimento legal e regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Diante do exposto, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO- Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/87, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 51/87), objetivando introduzir modificações, conforme especifica, na Lei nº 6.346, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. e C.I., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. nº 65, de 11.06.87- Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 102/87

P A R E C E R:

Com este projeto de lei, encaminhado através da Mensagem Governamental n. 51/87, o Senhor Governador do Estado pretende introduzir modificações na Lei n. 6364, de 29 de dezembro de 1982 (Lei Orgânica do ICM).

Conforme a justificativa, tais alterações são indispensáveis face à conjuntura econômica do País após o Plano Cruzado, e visam reduzir a evasão da receita derivada decorrente da arrecadação do principal imposto estadual, o ICM.

De acordo com o art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, a competência para iniciação do processo legislativo das leis que disponham sobre tal matéria, é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Diante do exposto, entendemos que a medida ajusta às normas legais vigentes, merecendo nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
GERNOTE KIRINUS - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 102/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n. 51/87, visa introduzir modificações na Lei Orgânica do ICM.

Os aspectos a serem modificados objetivam ajustar a Lei n. 6364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM) à atual conjuntura econômica do país, visando reduzir a evasão da receita do Estado, derivada da arrecadação do ICM, que é a sua principal fonte de recursos.

Atualmente, o cálculo-base para a atualização monetária dos créditos tributários do Estado calca-se nas variações das Obrigações do Tesouro Nacional - OTN.

Como bem explicita a Mensagem, a partir de março do corrente ano, o Governo Federal passou a divulgar o valor oficial da OTN, após o dia 15 do mês subsequente, ficando o Estado sem índice que lhe servisse de base para o cálculo dos impostos e multas pagas do dia 1.º ao dia 14 de cada mês, obrigando a Fazenda Pública a adotar índices provisórios com inúmeros transtornos, tanto para a administração como para os contribuintes, uma vez que nem sempre estes coincidem com o índice oficial posteriormente divulgado pelo Governo.

Além desta, outras medidas de caráter correccional são propostas pela Mensagem, todas, porém, visando o ajuste e aprimora-

mento da função arrecadadora do Estado.

O projeto, quanto aos seus aspectos legal e constitucional, foi analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, da qual recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, julgamos as medidas propostas meritórias, opinando FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto de Lei n. 102/87.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente  
CÂNDIDO BASTOS - Relator.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI N. 102/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 51/87, objetiva introduzir modificações, conforme específica, na Lei n. 6364, de 29.12.72 (a chamada Lei Orgânica do ICM).

A douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto constitucional e legal do Projeto, deu parecer FAVORÁVEL, por ser da COMPETÊNCIA PESSOAL DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, a iniciativa da matéria consubstanciada no projeto de lei em tela.

Igual parecer FAVORÁVEL mereceu a matéria, pela Comissão de Finanças, julgando as medidas como meritórias.

No que compete a esta Comissão de Indústria e Comércio, a qual compete se manifestar sobre os projetos e matérias que digam respeito ao desenvolvimento econômico e aos assuntos pertinentes à indústria e ao comércio do Estado (Resolução n. 49/76, de 18.06.76), aprova a proposta apresentada, pelos motivos tão bem expostos nos dois Pareceres das duntas Comissões acima mencionadas.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) ANTÔNIO BÁRBARA - Presidente  
NELSON VASCONCELLOS - Relator

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por três sessões. - **Aprovado.** Fica, portanto, retirado por três sessões, o Projeto de Lei n. 102/87.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 116/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SARANDI, com sede e foro no Município do mesmo nome. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. n. 71, de 24.06.87).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 165/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MARINGÁ E REGIÃO, com sede na Comarca de Maringá. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. n. 83, de 13.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 165/87

P A R E C E R:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na qualidade de relator do Projeto de Lei n. 165/87, de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior, REQUEIRO seja o mesmo convertido em diligência junto ao seu autor, a fim de serem supridas as seguintes omissões:

- Relatório de atividades da entidade.
- Comprovação de que os membros da Diretoria não são remunerados e que a entidade não distribui lucros ou dividendos.

(Documentação prevista na Lei n. 6994, de 10.01.78 - que dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cíveis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná e dá outras providências).

É o requerimento.

Sala das Comissões, em 15.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 225/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 67/87), objetivando alterar o § 2.º, do Artigo 1.º, da Lei n. 8096, de 14.06.85. (O funcionário indicado para as funções de membro do Conselho de Administração deverá estar na entidade por mais de 2 anos e possuir curso técnico de nível médio ou superior). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. n. 98, de 15.09.87, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 225/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame origina-se na Mensagem Governamental n.º 67/87, de 14 de agosto de 1987, objetivando alterar o § 2º do artigo 1º da Lei n.º 8096, de 14 de junho de 1985, determinando que o funcionário indicado para as funções de membro do Conselho de Administração deverá estar na Entidade por mais de 2 anos e possuir curso técnico de nível médio ou superior.

A medida visa permitir que os servidores que possuem curso técnico de nível médio tenham, também, a possibilidade de pleitear a sua indicação para o Conselho de Administração da entidade onde trabalham.

Vale salientar o caráter democratizante da medida proposta, que tem origem em proposta desta Casa de Leis, através de requerimento do nobre Deputado Orlando Pessuti.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental, estando em condições de prosseguir o seu trâmite e ser encaminhada à consideração do Plenário.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N° 225/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, originário da Mensagem Governamental n° 67/87, tem por finalidade alterar o § 2° do artigo 1° da Lei n° 8096, de 14 de julho de 1985, determinando que o funcionário para as funções de membro do Conselho de Administração deverá estar na Entidade por mais de 2 anos e possuir curso técnico de nível médio ou superior.

A medida ora proposta visa dar possibilidade aos servidores que possuam curso técnico de nível médio, e pleitear a sua indicação para as funções de membro do Conselho de Administração.

Chamada a opinar esta Douta Comissão de Finanças, a mesma verifica que a matéria além do seu caráter democratizante, encontra-se em plenas condições de prosseguir no seu curso normal, pelos demais órgãos da Casa.

Neste sentido o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS - Presidente;  
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 277/87, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que denomina "Hermínio Antônio Pennacchi", a Rodovia Estadual PR-444. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.- Aprovado. (Publ. no D.L. n° 117, de 19.10.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 277/87

I. Visando prestar homenagem a Hermínio Antônio Pennacchi, a ilustre Deputada IRONDI PUGLIESI propõe que a Rodovia PR-444 leve o nome deste pioneiro do município de Arapongas.

II - Justifica a proposição ao "caráter íntegro e à contribuição ao engrandecimento de Arapongas". É evidente que a autora além de perpetuar o nome do ilustre cidadão, presta-lhe, a ele e seus descendentes, justa e merecida homenagem.

III - Rui Barbosa disse que a "Pátria é o berço dos heróis e túmulo dos antepassados"; e são os nossos semelhantes que passaram e que fazem a abertura dos caminhos novos e nos provocam a olhar a História. Deus nutre a presença das almas, e nós mortais aqui privados do convívio físico daqueles que nos foram tão próximos, procuramos fundir em homenagens a gratidão.

"Mas basta o nome e basta a glória  
Para ele estar conosco, e ser  
Carnal presença de memória  
A amanhecer;"

Assim Fernando Pessoa falava à Memória do Presidente-Rei Sidônio Pais. Para a Deputada Irondi Pugliesi o nome e a glória de Pennacchi, nem Rei, nem Presidente, mas "Cidadão Honorário" araponguense a placa de bronze à beira da estrada faz a presença da memória.

Parecer FAVORÁVEL. Posto que constitucional e legalmente nada impede.

Sala das Sessões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator..

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 277/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria da nobre Deputada IRONDI PUGLIESI tem por finalidade denominar "HERMÍNIO ANTÔNIO PENNACCHI", a Rodovia Estadual PR-444.

A matéria já recebeu o necessário e indispensável parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o mérito, entendemos que nada existe que impeça a normal tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°



292/87, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que denomina a estrada que liga o município da Lapa a Campo do Tenente - PR-427, de DARCI BORGES DA SILVEIRA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.- Aprovado.- (Publ. no D.A. n° 123, de 27.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 292/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, denomina a estrada que liga o município da Lapa a Campo do Tenente, PR-427, de "Darcy Borges da Silveira".

A medida visa prestar uma justa homenagem ao lapaense Darcy Borges da Silveira, homem público, atuante no comércio e na agropecuária, que muito trabalhou para o desenvolvimento de sua região.

Não existe qualquer impedimento de natureza legal, constitucional ou regimental para o trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
ACYR MEZZADRI - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 292/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, denomina a estrada que liga o município da Lapa ao município de Campo do Tenente, PR-427, de "Darcy Borges da Silveira".

O presente Projeto de Lei já foi examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer favorável, pois não há qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional.

Esta Comissão examinando o mérito da matéria, conclui que é de justiça homenagear um homem que dedicou sua vida em prol do progresso de sua região, como esclarece a justificativa do Projeto de Lei.

Darcy Borges da Silveira nasceu e viveu toda sua vida no município da Lapa, mantendo intercâmbio de trabalho e social com toda a região em que viveu.

Neste sentido oferecemos o nosso parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
ACYR MEZZADRI - Relator

Em votação.

Informa, esta Presidência, que esta

Lei já foi promulgada, com Emenda de Plenário, tornando-se prejudicado este Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti.

Esta Presidência solicita ao Senhor Deputado autor deste Projeto de Lei que encaminhe o arquivamento ou anexação àquele Projeto de Lei, associando-se a honorárias ao pai do Senhor Ministro Borges da Silveira.

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 304/87, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina "Rodovia Primo Bassi", a atual PR-518, que liga Santa Mariana ao Distrito de Panema. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.- Aprovado. (Publ. no D.A. n° 128, de 04.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 304/87

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, o projeto em referência, objetiva seja denominada de "Rodovia Primo Bassi", a atual PR-518, que liga Santa Mariana ao Distrito de Panema.

Em sua justificativa, o autor dá um perfil da personalidade do homenageado, desde quando aportou ao Paraná em 21.04.1935, fixando-se na cidade de Santa Mariana, onde, com elevado espírito cívico e interesse pela região, fez doações para que ali se implantassem o Posto de Saúde, Agências de Rendas e outros órgãos da municipalidade, tornando-se, assim, inusitado benfeitor da Cidade.

Por essa razão, o projeto se reveste de alto mérito, justificando-se plenamente o seu alcance que visa tributar uma homenagem póstuma para perpetuar a memória daqueles que, em vida, deram dignificantes exemplos de amor, trabalho e interesse pela sua terra, servindo de espelho para enriquecer a história do Paraná e de modelo para as gerações futuras.

Sob o aspecto legal, inexistem óbices para sua tramitação.

Assim, somos pelo parecer FAVORÁVEL à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 304/87

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, o Projeto de Lei em tela tem a finalidade de denominar "Rodovia Primo

Bassi", a atual PR-518, que liga Santa Mariana ao Distrito de Panema.

Em justificativa apresentada pelo autor, fica ressaltada a personalidade do homenageado, como um grande benfeitor da região, tendo feito algumas doações para que se implantassem Posto de Saúde, Agência de Rendas e outros órgãos da municipalidade, num exemplo de interesse e dedicação por sua terra.

Sob o aspecto legal e constitucional, a Douta Comissão de Constituição e Justiça veio a se pronunciar favoravelmente, por entender além de se revestir de alto mérito, a proposta em questão não apresenta nenhum óbice à sua tramitação.

De conformidade com o artigo 53 do Regimento Interno, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar, conclui que na presente medida não há impedimento de ordem legal, constitucional e regimental que possa vir a prejudicar o trâmite normal do Plano de Lei nº 304/87.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua aprovação, sendo o parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
DAVID CHERIEGATE - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/87, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 115/87), que autoriza o Poder Executivo doar à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GOIOERÊ, os Lotes de Terrenos de nºs 1 a 12, da Quadra nº 112, os quais foram havidos pelo Estado conforme Matrícula R.1-8004, do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.- Aprovado. (Publ. no D.A. nº 132 de 12.11.87, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 325/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame origina-se da Mensagem Governamental nº 115/87 e autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Servidores Municipais de Goioerê, os lotes de terrenos de nºs 1 a 12, da quadra nº 112, os quais foram havidos pelo Estado conforme matrícula nº R.1-8004, do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Conforme justificativa que acompanha a matéria, o imóvel em questão se destina à construção da sede da donatária.

Não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso

parecer FAVORÁVEL, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 16.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
GERNOTE KIRINUS - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 325/87

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 115/87, o Plano de Lei em tela tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar à Associação dos Servidores Municipais de Goioerê os lotes de terrenos de nºs 1 a 12, da Quadra nº 112, os quais foram havidos pelo Estado conforme Registro de Imóveis da Comarca.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a questão no plano legal e constitucional, vem a se pronunciar favoravelmente, pois a matéria encontra apoio na Constituição Estadual, no artigo 21, inciso VIII, letra "c".

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de conformidade com o artigo 53 do Regimento Interno, vem a se pronunciar igualmente favorável, seguindo pois o entendimento da Comissão de Justiça.

Portanto, inexistente qualquer impedimento que venha a prejudicar o trâmite normal deste Projeto, pelos demais órgãos da Casa. Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
HERMAS BRANDÃO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 30/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que cria no Quadro Administrativo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de uma Assessoria Especial de Apoio a Pessoas Portadoras de Deficiência, conforme específica. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado. (Publ. no D.A. 44, de 06.05.87).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 81/87, (Mensagem nº 70/87 - ex-Proposição nº 68/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por unanimidade, que aprova Convênio celebrado em 20/05/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e a Comunidade Indígena de Mangueirinha, assistida pela FUNAI, com o Departamento de Estradas de Rodagem figurando como interveniente, objetivando estabelecer condições no sentido da passagem da Rodovia PR-281, trecho Mangueirinha

BR-373, em área do Patrimônio Indígena da referida Comunidade.- Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 82/87, (Mensagem n° 90/87 - ex-Proposição n° 79/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por unanimidade, que aprova Convênio de Promessa de Empréstimo, celebrado em 16/07/87, entre o Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal, com a intervenção do Banco do Estado do Paraná S/A., objetivando a execução do "PROJETO OBRAS CURA" de Extensão de Pavimentação em vários municípios do Estado.- Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 83/87, (Mensagem n° 106/87 - ex-Proposição n° 85/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os municípios de Mamborê em 09/10/87, Maringá em 06/10/87 e Clevelândia em 06/10/87, com objetivos que especifica.- Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 091/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., (Mensagem n° 107/87- Ex-Proposição n° 86/87), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura com os Municípios e datas que especifica.Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 092/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., (Mensagem n° 108/87- Ex-Proposição n° 087/87), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Céu Azul em 1° 10.87 e União da Vitória em 29.09.87, com objetivos que especifica. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 093/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., (Mensagem n° 111/87- Ex-Proposição n° 090/87), que aprova o convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 30.09.87, entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Legião Brasileira de Assistência, com os objetivos que especifica. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, constante do expediente, solicitando a realização de sessão extraordinária no próximo dia 1° de dezembro do corrente ano, às 10:00 horas, para apreciação de projetos em tramitação nesta Casa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia de 4.<sup>a</sup> feira, dia 02 de dezembro do corrente ano, do Projeto de Lei n° 102/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando dispensa de Discussão e Votação da Redação Final dos projetos aprovados em 3.<sup>a</sup> Discussão, que não tenham sofrido emendas em sua tramitação, nas sessões ordinárias de 30 de novembro a 05 de dezembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando seja marcada para as 15:00 horas do dia 03 de dezembro do corrente ano, a entrega do Diploma de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Leonel de Moura Brizola. Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e fará a verificação de votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Vossa Excelência havia dito que o requerimento estava aprovado. Então é matéria vencida, não cabe verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - O Deputado solicita verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Pela Ordem- Solicito Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Solicito ao Senhor 1° Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada).

Vinte e seis Senhores Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela Ordem-

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Retiramos o nosso requerimento. Não queremos mais que seja

votado este ano e também passaremos a pedir sucessivas verificações de votação até o final deste período. O Senhor Líder do Governo tenta, com uma manobra de solicitação de verificação de votação, impedir a outorga de um título que há 26 anos esta Assembléia votou para o Senhor Leonel Brizola. Ficamos só imaginando que o Senhor Líder do Governo, aliás o Paraná precisa saber que o Senhor Líder do Governo, não a Bancada do PMDB, mas o Senhor Líder do Governo, tem medo de Leonel Brizola dentro desta Assembléia.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere o seu pedido de retirada do requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor José Lamartini Correa Lira, ocorrido no dia 26 de novembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros do Trabalho e da Previdência e Assistência Social, pleiteando a melhoria na aposentadoria do Trabalhador Rural. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulação ao Doutor Paulo Roberto Hapner, Juiz de Direito da Comarca de Cascavel, pela sua nomeação como membro da Diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, a fim de viabilizar o asfaltamento das Rodovias PR-151, que liga o Município de São Mateus do Sul à Barranca do Rio Negro, e da PR-364, ligando São Mateus do Sul e Engenheiro Gutierrez, no Município de Irati. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, a fim de viabilizar a criação da Comarca de Bitutuna. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à TV Paranaense Canal 12, pelo Projeto de mídia "Semeador". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a anexação do Proje-

to de Lei nº 126/85, de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, ao Projeto de Lei nº 329/87, por se tratar de matéria correlata. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Elza Maria da Silva do Carmo, ocorrido no dia 27 de novembro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 33º Aniversário do Município de Paranacity. **Aprovado.** À Diretoria Legislativas.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Manguelirinha. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela construção de uma escola profissionalizante ao Município de Lobato. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo", pela publicação da matéria intitulada "Vulgarização do nu": Mulher /Propaganda"-**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 1º às dez horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 89/87, 183/87, 300/87, 305/87, 308/87, 329/87, 361/87 e dos Projetos de Resolução nºs 74/87, 75/87, 76/87, 77/87, 79/87, 87/87, 88/87, 89/87.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 268/86, 27/87, 74/87, 102/87, 116/87, 165/87, 225/87, 277/87, 292/87, 304/87, 325/87, e dos Projetos de Resolução nºs 30/87, 81/87, 82/87, 83/87, 91/87, 92/87, 93/87.

Marca ainda uma Sessão Solene, para as 15:00 horas, de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Augusto Corrêa Sandreschi.

Levanta-se a sessão.